



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

COORDENADORIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE RIBEIRÃO PRETO

Entre os dias 16 e 20 do mês de ABRIL de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho, **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presente a Juíza Responsável AMANDA BARBOSA. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ DIRETOR DO FÓRUM
Renato Henry Sant'Anna

JUIZ RESPONSÁVEL
Amanda Barbosa

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

2.2 Lotação – Servidores:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Denise Negri Paiva Gabas	AJJ	FC03 – Coordenador de CM	25/01/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Fabiano Possebon	TJA		20/02/2017
Harley Gonçalves da Silva Mendes	TJA	CJ02 – Diretor de Serviço Distrib. Feitos	01/08/2017
Marieni Galli Carvalho	TJA		05/09/2016
Messias Assis do Nascimento	TJA		28/05/2015
Nadia Moraes Silva	TJA	FC05 – Assistente Diretor Distribuição	28/05/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			06
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-

AJJ – Analista Judiciário – área judiciária

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

2.2 Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Ariadne Angotti Ferreira	AJ-OJA		27/07/2015
Cláudia Vergaria de Oliveira Matos	AJ-OJA		27/07/2015
Daniela Daia Rizzo Lancelotti	AJ-OJA		27/07/2015
Denise Clayton Pereira de Lucena	AJ-OJA		27/07/2015
Edder Paulo Santini Trevisan	AJ-OJA		27/07/2015
Eduardo Nahas Gabarra	AJ-OJA		27/07/2015
Erica Botarelli	AJ-OJA		27/07/2015
Juliana Tozarri Flausino Ferreira	AJ-OJA		27/07/2015
Luiz Gustavo de Siqueira Andrade	AJ-OJA		27/07/2015
Mislene Cristina Oliveira Brinck	AJ-OJA		01/08/2016
Sílvia Cristina Moraes Ferreira	AJ-OJA		01/04/2016
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador



2.3 Servidor não computado no ideal:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Marcelo Amorim de Menezes	TJ-seg		28/05/2015
Marcelo Pereira da Silva	TJ-seg	-	07/11/2016

TJ-Seg – Técnico Judiciário – área de segurança

2.4 Ausências, exceto férias – 08/04/2017 a 09/04/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
Compensação de dias trabalhados em plantão judiciário	07
Compensação de dias trabalhados em recesso	01
Licença gestante	23
Licença Luto	08
Licença para alistamento eleitoral	01
Licença para tratamento de pessoa da família	03
Licença para tratamento da própria saúde	39
Participação em curso ministrado pelo Tribunal	25
Prorrogação da licença maternidade	29
Total:	136

2.5 Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
Bruna Luque Maia	CIEE	16/09/2017
Isabela Gomes Machado	CIEE	16/10/2017
Luane Bianco Silva	CIEE	16/04/2018
Mariana Camila Ferracini	CIEE	16/09/2017
Vitoria Faria	CIEE	16/06/2017

2.6 Ações de capacitação – 01/02/2017 a 09/04/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)



SERVIDORES	HORAS
Ariadne Angotti Ferreira	16
Claudia Bergaria de Oliveira Matos	16
Daniela Daia Rizzo Lancelotti	256
Denis Clayton Pereira de Lucena	120
Denise Negri Paiva Gabas	120
Edder Paulo Santini Trevisan	16
Eduardo Nahas Gabarra	543
Erica Botarelli	16
Harley Gonçalves da Silva Mendes	151
Juliana Tozatti Flausino Ferreira	16
Marieni Galli Carvalho	215
Messias Assis do Nascimento	140
Mislene Cristina Oliveira Brinck	20
Nadia Moraes Silva	235
Silvia Cristina Moraes Ferreira	30

3 - MOVIMENTAÇÃO - COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	5.697	3.755
2ª VARA	5.643	3.740
3ª VARA	2.974	2.047
4ª VARA	7.847	4.898
5ª VARA	5.131	2.500
6ª VARA	6.851	4.397
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	998	584
TOTAIS	35.141	21.921

4 - MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

4.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

4.2 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):



Não há.

4.3 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Juliana Tozatti Flausino Ferreira	01	15/01/2018
TOTAL	01	

5 – MOVIMENTAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE GESTÃO DE PROCESSOS E DE EXECUÇÃO

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

5.1 CONTROLE DE AUDIÊNCIAS

a) Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
4ª VT de Ribeirão Preto	24	5	R\$ 26.005,00
TOTAL	24	5	R\$ 26.005,00

b) Audiências na fase de EXECUÇÃO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
1ª VT de Ribeirão Preto	503	255	R\$ 14.736.107,91
2ª VT de Ribeirão Preto	534	246	R\$ 10.412.469,72
4ª VT de Ribeirão Preto	418	168	R\$ 9.797.440,35
5ª VT de Ribeirão Preto	474	144	R\$ 10.939.529,81
6ª VT de Ribeirão Preto	370	172	R\$ 7.762.736,13
VT de Bebedouro	220	133	R\$ 6.054.983,16
1ª VT de São Carlos	101	51	R\$ 1.720.614,23
2ª VT de São Carlos	51	19	R\$ 724.685,12
Vt de Orlândia	55	42	R\$ 2.944.652,40
1ª VT de Jaboticabal	6	2	R\$ 48.316,00
1ª VT de Araraquara	38	22	R\$ 1.360.757,30
2ª VT de Araraquara	8	6	R\$ 350.165,91
3ª VT de Araraquara	9	5	R\$ 993.582,49
1ª VT de Sertãozinho	33	11	R\$ 255.012,63
2ª VT de Sertãozinho	36	11	R\$ 111.730,50



VT de Ituverava	17	12	R\$ 121.170,55
PA de Morro Agudo	35	31	R\$ 1.742.308,62
TOTAL	2.908	1.330	R\$ 70.076.262,83

5.2 MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO

O gestor informou serem adotadas na Circunscrição medidas de incentivo à mediação, apontando que o CEJUSC disponibiliza 4 a 5 dias por semana para realização de audiências em Ribeirão Preto e região, nas quais a Juíza Coordenadora, Dra. Amanda Barbosa, está presente e atuante em todas. São incluídos processos em fase de conhecimento, liquidação e execução.

Informou, ainda, que a Coordenadoria conta com três servidores capacitados para mediação pela Escola Judicial, bem como o assistente da Juíza Coordenadora, ainda que não vinculado à Unidade.

5.3 INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

a) **Relação de Investigação Patrimonial em andamento (de outros anos e as iniciadas neste ano):**

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
PIP nº 04/2016	37	R\$ 458.545,88
PIP nº 10/2016	02	R\$ 328.186,50
PIP nº 12/2016	12	R\$ 389.107,52
PIP nº 14/2016	02	R\$ 328.186,50
PIP nº 19/2016	43	R\$ 1.106.922,40
PIP nº 20/2016	08	R\$ 11.703,33
PIP nº 21/2016	28	R\$ 532.525,02
PIP nº 02/2017	106	R\$ 1.108.185,76
PIP nº 03/2017	24	R\$ 741.174,89
PIP nº 05/2017	23	R\$ 1.155.439,61
PIP nº 06/2017	297	R\$ 3.741.812,88
PIP nº 07/2017	20	R\$ 397.000,00
PIP nº 11/2017	21	R\$ 380.369,85
PIP nº 01/2018	20	R\$186.405,76
PIP nº 02/2018	20	R\$265178,09
PIP nº 03/2018	21	R\$210.072,15
PIP nº 04/2018	20	R\$81.840,00
PIP nº 05/2018	20	R\$25.350,93



PIP nº 06/2018	19	R\$2.621.678,56
PIP nº 07/2018	19	R\$547.898,70
TOTAL: 20	762	R\$ 9.171.107,60

b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
PIP nº 08/2016*	30	R\$ 1.060.949,63
PIP nº 01/2017	25	R\$ 25.423,92
PIP nº 04/2017	44	R\$ 11.251.153,04
PIP nº 08/2017	27	R\$ 895.085,12
PIP nº 10/2017	20	R\$ 241.983,30
TOTAL:	146	R\$ 13.474.595,01

OBS*): no curso do processo de investigação nº 08/2016, foi realizado acordo ainda em cumprimento.

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DAS EXECUÇÕES	ALCANÇADO	
				R\$	%
PIP nº 03/2015*	03	1.142	R\$ 60.804.207,30	7.800.000,00	12,82
PIP nº 06/2015	01	53	R\$1.596.112,10	120.000,00	7,5
TOTAL	04	1.195	R\$ 62.401.414,40	7.920.000,00	20,32

OBS*): Processo 03/2015 (Usina Maringá), já foram liberados cerca de R\$ 7.800.000,00, considerando as liberações referentes aos quadros 3 e 4, beneficiando mais de 300 reclamantes. Não se levou em conta os valores já liberados.

OBS**): Processo 06/2015 (Doce Martino), o valor de R\$ 120.000,00 refere-se a dois imóveis, já arrematados. Existem ainda 06 imóveis que serão levados à Hasta Pública.

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
PIP nº 03/2016	38	R\$ 813.485,69
PIP nº 06/2016	28	R\$ 55.063,58
PIP nº 07/2016	32	R\$ 2.031.738,11
PIP nº 11/2016	19	R\$ 402.792,12
PIP nº 16/2016	62	R\$2.708.244,75



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



PIP nº 17/2016	15	R\$ 198.913,25
PIP nº 18/2016	53	R\$ 1.364.707,26
PIP nº 12/2017	20	R\$ 1.185.504,24
TOTAL:	267	R\$ 9.163.241,12

e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial:

Não há.

OBS: todos os processos de investigação patrimonial finalizados no ano de 2017 ainda estão em trâmite processual. Portanto, ainda não foram distribuídos valores arrecadados. O processo 08/2016 está em fase de cumprimento de acordo.

6 - MOVIMENTAÇÃO DA SEÇÃO DE HASTA PÚBLICA (SHP)

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

a) Hastas Públicas realizadas:

IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QUANTIDADE DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA	QUANTIDADE DE BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS	% QUANT. BENS ARREMATADOS	% VALOR BENS ARREMATADOS
01/2017	60	83	21.172.361,90	16,87	14,33
02/2017	61	91	49.113.029,05	15,38	2,63
03/2017	61	76	23.834.296,88	3,95	0,45
04/2017	54	121	31.067.032,42	19,01	7,45
05/2017	69	79	31.883.806,20	23,65	15,3
06/2017	55	77	58.591.531,60	25,97	68,15
07/2017	52	62	15.825.144,85	16,13	3,35
08/2017	73	92	24.239.825,53	9,78	2,4
09/2017	49	57	14.882.257,05	15,79	3,9
10/2017	30	33	20.379.466,66	9,09	0,33
11/2017	62	84	16.318.251,67	15,48	14,11
12/2017	48	87	32.542.501,20	9,2	5,71
13/2017	71	103	18.702.010,04	18,45	5,49
14/2017	61	80	28.701.014,64	31,25	11,81
15/2017	48	61	29.576.479,03	22,95	8,97
16/2017	83	85	23.033.253,06	21,18	16,9
01/2018	51	63	25.242.789,54	34,92	17,56
02/2018	59	77	32.888.136,54	15,58	17,8
TOTAL	1.047	1.411	497.993.187,86		



b) Varas da Circunscrição que não incluíram processos em Hasta Pública

UNIDADE
Vara do Trabalho de Matão
Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo

7 – CONSTATAÇÕES:

Foi realizada reunião com os servidores da Coordenadoria de Gestão Compartilhada, com os Oficiais de Justiça e com o Coordenador, abordando os seguintes temas: gestão customizada dos processos em execução, considerando as características das empresas executadas; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; hastas públicas; integração entre os servidores do grupo interno de execução (GIE) das Secretarias do Fórum com os Oficiais de Justiça; e gestão concentrada da CGC e das questões administrativas do Fórum local.

7.1 – Estagiários – Auxílio nas Mediações

Sugeriu-se, na existência de vaga, a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas mediações nas fases de liquidação e execução.

Na oportunidade, reivindicou o Coordenador da CGC a possibilidade de auxílio dos calculistas nas mediações. Salientou-se a possibilidade desse encargo vir a prejudicar o trabalho do calculista nas Varas e sugeriu-se, além de futura contratação de estagiário das áreas contábeis ou econômicas, a utilização do trabalho dos peritos contábeis que já atuam nas Varas do Trabalho locais, para assessoramento, sem necessidade de fixação honorários suplementares para tanto.

7.2 – Atraso de diligência

Quanto à diligência em atraso com a Oficiala de Justiça Juliana Tozarri Flausino Ferreira, desde janeiro/2018, esclareceram tratar-se de processo com grande quantidade de diligências complexas, envolvendo inclusive procedimentos que dependem da



execução de serviços dos cartórios, mas que vem dando informações periódicas à Exma. Juíza Responsável pelo CEJUSC, que confirmou as informações.

7.3 – Audiências de tentativa de conciliação

No que diz respeito às audiências de tentativa de conciliação realizadas pelo CEJUSC, informaram que, a partir deste ano, estão realizando audiências também no Fórum Trabalhista de Sertãozinho às segundas-feiras, e que algumas varas como a Vara de Trabalho de Orlândia já capacitaram mediadores e estão fazendo suas próprias mediações.

A quantidade de audiências extraída no relatório do e-gestão parece não refletir a realidade, ocorrendo que algumas audiências são realizadas fora do sistema AUD, além de outras audiências em processos de execução cumulada, sendo registradas apenas uma audiência.

Por ocasião das reuniões de Correição nas seis Varas do Trabalho locais, verificou-se que o CEJUSC está lançando, quando há conciliação, indevidamente “homologada a transação” e não como “homologado acordo em execução ou pós sentença” como devido. O procedimento resulta na ocorrência de processos com liquidação encerrada, porém ainda pendente no e-gestão. Esclareceu-se que encerra a fase de liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, homologação de acordo ou redistribuição. Salientou-se que há “Check box” no Sistema AUD, para informação de acordo, devendo ser registrado “acordo pós-sentença”.

Informou, o Coordenador da CGC, que a partir de setembro/outubro de 2017, passaram a fazer o lançamento conforme as orientações e aqueles que porventura ficaram pendentes já estão sendo corrigidos. Foram orientados para a adequação do procedimento, e informados de que a correção dos casos pretéritos já está sendo feita pela própria Secretaria das Varas.

Esclareceram que receberam orientação do CEJUSC 2º Grau para que as audiências de conciliações feitas em processos na fase de recursos devem ser feitas fora do AUD para não haver conflito na tramitação. Isso porque, conforme relatou o Coordenador da CGC, as audiências selecionadas pelo Nupemec, ainda que acompanhada pela Exma. Juíza Responsável Técnica do CEJUSC em Ribeirão Preto, são



lançadas pelo segundo grau, sendo a homologação assinada pelo Exmo. Desembargador Vice-Presidente deste Tribunal, quando preenchidos os requisitos.

A Unidade possui três mediadores capacitados pela Escola Judicial, além do Assistente de Juiz da Exma. Juíza Responsável pelo CEJUSC e mais dois que estão em vias de formação no último curso da escola.

7.4 – Hasta pública

Acerca das hastas pública, esclareceram que a Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo, a partir desse ano passou a enviar bens e que a Vara do Trabalho de Matão continua não enviando bens.

7.5 – Exe-15

Orientou-se que todos os mandados fora dos padrões, na forma do Provimento GP-CR 5/2015 ou sem a pesquisa no EXE-15 de existência de diligências já realizadas, sejam devolvidos para os Grupo Internos de Execução da Unidade expedidora.

7.6 – Ferramentas eletrônicas de pesquisa e efetividade da execução.

Foram orientados a utilização de todas as ferramentas eletrônicas de pesquisa e efetividade da execução, incluindo INFOSEG, bem como do Convênio “Portal JUD” da VIVO, na forma do Ofício Circular nº 06/2017-CR.

7.7 – Parametrização

Sobre a parametrização local, sugeriu-se sua atualização, com auxílio dos demais Juízes que atuam no Fórum, do Coordenador da CGC, dos Diretores de Secretaria e dos Oficiais de Justiça, para fixação de prazos diferenciados para o cumprimento de diligências, parâmetros para avaliação de bens, entre outros, que se observarem a necessidade, tendo a Exma. Juíza Responsável informado que, quando do seu início no CEJUSC, a parametrização foi estudada, juntamente, com a Juíza anterior e,



considerando-se ter sido uma parametrização muito estudada e discutida, foi mantida, ainda não percebendo qualquer necessidade.

8 – RECOMENDAÇÕES:

8.1 – Verificar a viabilidade de atendimento à Recomendação GP-SS nº 01/2014 (pausas em trabalho com movimentos repetitivos e esforço visual);

9 – DETERMINAÇÕES:

9.1 – observar os seguintes normativos: Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, alterado pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2017 (regulamenta o PJe1G); Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, com alterações pelas Portarias GP-VPJ-CR nº 01/2015 e nº 02/2015 (rotinas no PJe1G); 08/2017 (disciplina os procedimentos a serem observados para cadastramento de Desembargadores, Juizes de 1º Grau e Servidores do Tribunal no sistema Sinesp – Infoseg);

9.2 – cumprir integralmente o item XV da Ordem de Serviço nº 01/2015, XV, que estabelece: “XV – Serão distribuídos aos oficiais de justiça tão somente os mandados cujos dados dos processos e dos devedores estejam cadastrados no sistema EXE15. Na hipótese de o oficial receber para cumprimento mandados da fase de execução que não estejam cadastrados, serão devolvidos para regularização. As exceções serão tratadas diretamente com a Corregedoria. Fica, desde já, dispensado o cadastro de mandados de citação nos termos do art. 730 do CPC”;

9.3 – cumprir o inciso XVI, Ordem de Serviço nº 01/2015, que diz: “XVI - O mandado expedido para livre penhora e avaliação de bens em jurisdição diversa daquela de atuação do juízo da execução deverá ser instruído com certidão circunstanciada que relate as diligências realizadas no juízo de origem, inclusive com a utilização das ferramentas oferecidas para pesquisa patrimonial básica. Esta certidão deverá estar inserida no sistema EXE15, vinculada ao documento do executado. O mandado oriundo de outra jurisdição sem informações da prévia pesquisa patrimonial no juízo de origem



será devolvido independentemente de cumprimento. Apresentando-se regular e após cumprido, os atos expropriatórios prosseguirão no juízo da execução”;

9.4 - elaborar pautas de conciliação abrangendo todas as Unidades da circunscrição conforme interesse dessas Varas. A pauta deverá observar periodicidade razoável de acordo com a disponibilidade do Magistrado.

10 – ATENDIMENTOS:

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora recebeu os Calculistas de cada uma das Unidades do Fórum, que apresentaram relatório demonstrando os problemas nas atualizações dos índices de juros e correção monetária nos sistemas de cálculos disponíveis bem como as dificuldades na utilização do sistema Pje-Calc.

Solicitaram providências urgentes deste Tribunal a fim de que seja disponibilizada ferramenta mais rápida e eficiente para atualização de cálculos, bem como para cálculo de juros da Fazenda Pública.

11 - OBSERVAÇÕES GERAIS

11.1 - A MM^a Juíza Substituta Responsável reside na sede da circunscrição.

11.2 - A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com a Magistrada sobre os resultados da CGC.

11.2 - Foi informado pelo Coordenador da CGC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

11.3 - Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Coordenador, com a ciência da Exma. Juíza Responsável, ou seu substituto, se o caso, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente



adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se, ainda, que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4142/2016.

12 - OFÍCIOS

Expeça-se ofício à Presidência deste Tribunal, solicitando que seja consignado elogio no prontuário do servidor Marcelo Amorim de Menezes, Agente de Segurança, pela excelente atuação e bons préstimos durante a Correição, acompanhando a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora nas dependências e nas proximidades do Fórum Trabalhista de Ribeirão Preto.

13 - ENCERRAMENTO

No dia 20 de abril de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.